



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0310339-5

AGRAVANTE:

VIVA PLANOS DE SAÚDE

Advogado:

Monique Tavares Pires (PE 28933) e outros, conforme RITJPE

AGRAVADO:

ADUSEPS - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS USUÁRIOS DE SEGUROS, PLANOS E SISTEMAS DE SAÚDE

Advogado:

Josefa Renê Patriota (PE 28318) e outros, conforme RITJPE

RELATOR:

DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DE JULGAMENTO:

EMENTA – RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CÁLCULO RENAL. COBERTURA DE CIRURGIA DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA. NECESSIDADE. PERÍODO DE CARÊNCIA. IRRELEVÂNCIA.

1. A seguradora deve promover a cobertura contratual de todos os procedimentos urgentes relativos à retirada de cálculo renal de pacientes que sejam seus segurados, os quais comprovarem a adimplência e apresentarem laudo médico no sentido da necessidade da cirurgia.

2. Afigura-se sem relevância a discussão sobre o cumprimento do período de carência pelo segurado Carlos José Viana de Araújo, porquanto, na guia de solicitação de internação encaminhada à seguradora, foi assinalada pelo médico especialista a opção “U” (urgência/emergência) no campo reservado ao “caráter da internação”.

3. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0310339-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do Relator.

Recife, 25 de 09 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0310339-5

AGRAVANTE: VIVA PLANOS DE SAÚDE

Advogado: Monique Tavares Pires (PE 28933) e outros, conforme RITJPE

AGRAVADO: ADUSEPS – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS USUÁRIOS DE SEGUROS, PLANOS E SISTEMAS DE SAÚDE

Advogado: Josefa Renê Patriota (PE 28318) e outros, conforme RITJPE

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

VIVA PLANOS DE SAÚDE, através de advogados legalmente constituídos, interpõe, com fundamento no Art. 557, §1º do Código de Processo Civil, RECURSO DE AGRAVO em face da decisão terminativa de fls. 108/109, que **negou provimento ao agravo de instrumento**, para manter a determinação de cobertura, pela seguradora agravante, de todos os procedimentos urgentes relativos à retirada de cálculo renal de pacientes que sejam seus segurados, os quais comprovarem a adimplência e apresentarem laudo médico no sentido da necessidade da cirurgia, sob pena de multa diária no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Em suas razões de fls. 112/121, a agravante reproduz as argumentações do recurso instrumental, no sentido de que um dos segurados, o Sr. Carlos José Viana de Araújo, não faz jus a referida cirurgia, por se encontrar no cumprimento do período de carência, inexistindo qualquer apresentação de urgência.

Requer, por fim, a “cessação da antecipação dos efeitos da tutela a fim de que seja reformada a decisão agravada”.

É o relatório.

Independentemente de inclusão em pauta, apresento à mesa para julgamento.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0310339-5

AGRAVANTE: VIVA PLANOS DE SAÚDE

Advogado: Monique Tavares Pires (PE 28933) e outros, conforme RITJPE

AGRAVADO: ADUSEPS – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS USUÁRIOS DE SEGUROS, PLANOS E SISTEMAS DE SAÚDE

Advogado: Josefa Renê Patriota (PE 28318) e outros, conforme RITJPE

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Da leitura das razões recursais, percebe-se, sem qualquer esforço, que a agravante insiste em afirmar que o segurado Carlos José Viana de Araújo encontra-se no período de carência, não fazendo jus à cobertura contratual relativa à cirurgia para retirada de cálculo renal.

A matéria foi devidamente enfrentada na decisão recorrida, que se encontra vazada nos seguintes termos, *verbis*:

[...]

O caso em apreço cuida de direitos transindividuais (coletivos), que não se referem a apenas uma pessoa, mas a um grupo de pessoas (indeterminadas, porém determináveis) ligadas por relação jurídica firmada com a parte contrária, *in casu*, com o próprio plano de saúde. Outrossim, a saúde é bem jurídico indivisível, ou seja, não fruível individualmente, não se tratando de defesa de interesse único e específico de um jurisdicionado, mas de toda uma categoria de pessoas (usuárias do plano), e que estão na mesma situação, qual seja, de necessidade de um procedimento cirúrgico recomendado por profissional especializado.

A título exemplificativo, a agravada trouxe à baila o caso do Sr. Carlos José Viana de Araújo que, necessitando da referida cirurgia, deparou-se com a negativa injustificada da seguradora recorrente, sob o pretexto de está em gozo do período de carência.

Sucedo que, tal como ocorre nos demais casos de negativa, a mencionada cirurgia é recomendada em caráter de urgência, conforme facilmente se percebe na “guia de solicitação de internação”, onde no campo “22-caráter da internação”, foi assinalado a opção “U” (urgência/emergência) – fl. 28.

Desta forma, não merecem acolhida as argumentações da agravante no presente recurso, razão por que mantenho a decisão objurgada, a qual



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

destacou, acertadamente, que a cirurgia deve ser autorizada àqueles que estejam em dia com o pagamento das mensalidades e que o procedimento seja recomendado em caráter de urgência.

Nestes limites se enquadra o Sr. Carlos José Viana de Araújo, motivo por que deve ser autorizada a cirurgia para o mesmo.

Veja-se, por oportuno, o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça a respeito de litígios semelhantes ao que ora se analisa, *verbis*:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. SEGURO DE SAÚDE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE. INCLUSÃO DE DEPENDENTE. INAPLICABILIDADE DO § 5º DO ART. 35 DA LEI 9.656/98. OPORTUNIDADE DE ADAPTAÇÃO AO NOVO SISTEMA. NÃO CONCESSÃO. CLÁUSULA CONTRATUAL. POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE QUALQUER PESSOA COMO DEPENDENTE. EXCLUSÃO DE COBERTURA DE LESÕES DECORRENTES DE MÁ-FORMAÇÃO CONGÊNITA. EXCEÇÃO. FILHO DE SEGURADA NASCIDO NA VIGÊNCIA DO SEGURO. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR ADERENTE. ABUSIVIDADE DA NEGATIVA DE COBERTURA DE SITUAÇÃO DE URGÊNCIA. [...] 5. Cláusulas contratuais devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor, mormente quando se trata de contrato de adesão. Inteligência do art. 47 do CDC. 6. Cobertura que não poderia, de qualquer forma, ser negada pela seguradora, por se tratar de situação de urgência, essencial à manutenção da vida do segurado, sob pena de se configurar abusividade contratual. 7. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1133338 / SP, 3ª Turma, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 09/04/2013, sem grifos no original).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INEXISTÊNCIA - PLANO DE SAÚDE - CARÊNCIA - TRATAMENTO DE URGÊNCIA - COBERTURA DEVIDA - ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE - AGRAVO IMPROVIDO. (AgRg no Ag 1322204 / PA, 3ª Turma, Rel. Min. Massami Uyeda, DJe 20/10/2010, sem grifos no original).

Deixo de analisar a suposta litigância de má-fé da agravada, vez que nada importa a data de assinatura do contrato, por não estar em discussão o período de carência que, em tese, impediria a realização do procedimento médico.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso para manter a decisão recorrida em todos os seus termos, com fundamento no Art. 557 do Código de Processo Civil.

Percebe-se, sem qualquer esforço, o enfrentamento dos pontos controvertidos da demanda por meio de **decisão refletida e balizada em entendimento legal e jurisprudencial**, longe de ser fruto de atitude precipitada e arbitrária, tampouco com desrespeito ao substrato probatório colacionado pelas partes, razão por que inexistente motivo para a reforma do julgado.

Ante todo o exposto, com lastro no Art. 557, *caput*, do CPC, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso de agravo e, por corolário lógico, **mantenho a decisão agravada**.

É como voto.

Recife, 25 de 09 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator